

Dinâmica do específico e do genérico: artigo definido e construções existenciais

Dinah Callou*
Kate Portela**
Juanito Avelar**
Carolina Serra**

Abstract

This paper discusses the dynamics of the cognitive and grammatical features of [definiteness], [identifiability], [generic] and [specific] related to (i) the use of the definite article before proper nouns and (ii) the use of *ter/haver*-existential constructions in Brazilian Portuguese. The analysis is based on oral corpora, consisting of informal interviews with University graduates (standard dialect).



● Introdução

É fato consabido que muitas línguas estabelecem uma distinção entre sintagmas nominais definidos e

* UFRJ/CNPq. Faculdade de Letras/UFRJ.

** Pesquisadores auxiliares.

indefinidos. Segundo Lambrecht (1994), a categoria gramatical de *definitude* corresponde a um traço formal associado a expressões nominais que sinalizam se o referente da sentença é ou não identificável. Normalmente, essa categoria é expressa através do contraste entre um artigo definido ou indefinido ou outros determinantes, tais como possessivos e demonstrativos, embora possa ser expressa por outros meios, como ordem vocabular, presença ou ausência de numeral, etc. De todo modo, deve-se ressaltar que as categorias cognitivas de *identificabilidade* e a gramatical de *definitude* são, na melhor das hipóteses, imperfeitas e imprecisas. Não há uma correlação bi-unívoca entre identificabilidade e não-identificabilidade de um referente e definitude ou indefinitude gramatical do sintagma nominal que designa aquele referente. Uma evidência dessa falta de correspondência pode ser observada no uso do artigo definido diante de possessivos e de nomes próprios, variável de língua para língua.

Uma distinção semântica importante relacionada ao caráter [identificável] e que não tem a ver com o contraste gramatical definido/indefinido é a que existe entre referentes [+específico] e [-específico] de sintagmas nominais indefinidos. Em uma frase do tipo “Vou comprar um livro”, o SN indefinido “um livro” pode ter, como sabemos, um referente específico – ou não – referente esse recuperável na anáfora – vou comprá-**lo** ou vou comprar **qualquer** livro. Uma forma de descrever a distinção específico/não específico em termos pragmáticos é dizer que um “SN indefinido específico” é aquele cujo referente é identificável para o falante mas não para o ouvinte/destinatário, enquanto um “SN indefinido não-específico” é aquele cujo referente nem o falante nem o ouvinte são capazes de identificar em nenhum momento do discurso.

Vale observar que essa especificidade é muitas vezes sutil e pode ser influenciada pela modalidade do predicado do qual o SN é um argumento. Um SN gramaticalmente definido – precedido de um artigo definido, por exemplo – pode ter um valor semântico genérico ao referir-se a toda uma classe, como em “Ela está observando a estrela”.

Para exemplificar a questão, iremos observar o traço [específico] em sintagmas nominais com a presença do artigo e em argumentos internos de construções existenciais com *ter/haver*.

2. O uso do artigo

O uso do artigo definido em português já foi estudado sob diversas perspectivas, a filológica (Harri Meier, 1948), a gerativa, (Kato, 1974), a variacionista, (Callou & Silva, 1997), algumas vezes, circunscrito a alguns contextos.

Os dados que iremos analisar foram retirados de *corpus* do Projeto NURC/Br, seis entrevistas realizadas com oito falantes cultos, em dois grandes centros urbanos do país, basicamente de dois tipos: informais (diálogos entre informante e documentador e diálogos entre dois informantes) e formais (gravação de aulas e conferências).

Os dados permitem demonstrar que o português admite o uso obrigatório do artigo, como na expressão “cair **da** cama” que se opõe a “cair **de** cama”, bem como um uso variável, sem mudança de sentido, mesmo em expressões lexicalizadas: “colocar na prática” ao lado de “colocar **em** prática”; “abrir mão”, ao lado de “abrir a mão”, com manutenção do caráter genérico das construções, o contexto desfazendo qualquer ambigüidade:

- (1) “... no papel é lindo... existem tratados lindos... grandes à beça, coisa esquisita pra burro... mas na hora de colocar **na** prática o negócio não sai.” (inq. 379)
- (2) Então o negócio quer dizer... é... é briga de lobo... né? Um querendo comer o outro. Ninguém querendo **abrir a mão** (=ceder, renunciar, abdicar) (inq. 113)

Em outras construções com os chamados verbos leves ou verbos-suporte (Portela, 1998), essa alternância também se dá, sem comprometimento do sentido, como em (3), embora em determinadas ocorrências a omissão ou a permuta do determinante (artigo definido ou indefinido) possa vir a acarretar mudança de sentido, no que tange ao traço “+” ou “-” [específico]..

- (3) **Dar os parabéns** (parabenizar) nas datas... telefonar... (inq.02)
- (4) Dar conta/ dar a conta
 - a. Ele vai **dar conta** do trabalho.
 - b. Ele vai dar a **conta do trabalho**.
- (5) Abrir mão/ abrir a mão
 - a. Brenda **abriu mão** do namorado.
 - b. Brenda abriu a **mão do namorado**.

Nos exemplos (4) e (5), a mudança de sentido torna-se nítida: a inserção do artigo definido confere aos complementos *conta* e *mão* um traço de maior referencialidade e os verbos *dar* e *abrir* readquirem o estatuto de verbos plenos.

Nos exemplos (7 a), (7 b) e (7 c), o SN passa gradativamente de genérico a específico, com a introdução do artigo.

- (7) Dar tempo/ dar um tempo/ dar o tempo.
 - a. Ele não sabe se vai **dar tempo** pra fazer a monografia.
 - b. Ele não sabe se vai **dar um tempo** pra fazer a monografia.
 - c. Ele não sabe se **vai dar** o tempo pra fazer a monografia.

Existe, pois, um uso genérico e específico do artigo, sendo necessário estabelecer o conjunto de restrições discursivas que explicam a sua alternância. Já que constituem os artigos definitos realizações prototípicas da chamada *definitude*, seu uso é, em geral, indicativo de um conhecimento compartilhado

acerca dos referentes, por parte dos interlocutores, e uma das suas funções básicas é contrastar referentes identificáveis e não-identificáveis. Para exemplificar melhor esses traços, [definido], [identificável] e [específico], vejamos uma entrevista do nosso *corpus*, em que um informante, falando sobre banco, finanças e dinheiro, apresenta uma comparação entre independência financeira e o papel dos jovens dentro de uma família de classe média:

- (8) Eu estou falando **da** família média ... porque **na** classe média é que acontece isso... **pai, mãe** trabalham... e **os** filhos também ... dificilmente **um** jovem faz isso. E quando faz isso, ele já não é **da** classe média. Ele saiu **da** classe que eu estou centralizando. Ele não é **classe média**. A verdade é que eles, quando têm os problemas deles... eles correm pra casa né... Então é **a** mamãe e **o** papai que vão agüentar, não é? Eu discuto isso com **minha filha**. (inq. 233)

Observando a seqüência do discurso, pode-se perceber que os conceitos expressos pelos artigos definidos vão de distante e genérico para próximo e específico. Assim, o rótulo “o jovem” reduz seu campo conceptual ao adquirir a noção de parentesco, com a substituição pela expressão “minha filha”, ao final. O artigo definido é usado para introduzir o tema, aparece diante de expressões definidas, porém genéricas, embora referentes genéricos sejam normalmente expressos por um artigo indefinido (**um** jovem) ou por um substantivo no plural, sem artigo. Ressalte-se que as palavras “pai” e “mãe” são usadas sem artigo e que quando a informante diz um “jovem”, este jovem, homem ou mulher, é um jovem [-definido]. O falante substitui em seguida as palavras, *pai* e *mãe* por “o papai” e a “a mamãe”, palavras que possuem um radical afetivo indicado pela reduplicação silábica e que aparecem além disso, precedidos pelo artigo definido, dêitico. O referente é, assim, de início [+definido]; [+genérico]; [-identificável] e torna-se, no decorrer da argumentação, [+específico] e [+identificável]:

[+definido], [-específico], [-identificável] —> [+definido], [+específico], [+identificável].

Para testar esses traços, trabalhamos com cerca de 1400 dados, sob a perspectiva da sociolinguística variacionista laboviana. As variáveis estruturais arroladas eram de natureza sintática e semântico-discursiva e, do total de casos, 80% foram interpretados como de uso obrigatório e, apenas 20%, variável. Consideraram-se de uso obrigatório as ocorrências do artigo que não admitiam o seu cancelamento sem que houvesse perda do significado textual ou que se tornassem inaceitáveis:

- (9) Compra só em dia de feira porque **o** peixe é mais fresco (inq.98)

- (10) * [O] Questão é canalizar os recursos... (inq. 355)

Dentre os fatores apontados pelo programa computacional como estando relacionados à presença obrigatória no SN o que nos interessa salientar aqui é o de grau de generalização, confirmando-se a inter-relação entre uso do artigo e caráter específico do referente. Conforme nos mostra a Figura 1, o uso do artigo é mais freqüente quando o SN apresenta o traço [+específico].

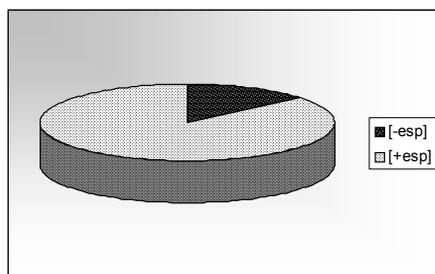


Figura 1 – Presença obrigatória do artigo definido.

3. Construções existenciais com *ter/haver*

Não é simples delimitar o universo das construções existenciais, sobretudo pela dificuldade de se definir claramente a noção de existência, que estaria, em princípio, radicada não só no domínio semântico, mas também abrangeria uma conceituação em uma instância mais discursiva e/ou pragmática. No estudo ora realizado, a definição para as construções existenciais será de caráter meramente estrutural: sentenças em que *ter* ou *haver* ocorre obrigatoriamente com um constituinte interno e nunca com um constituinte sujeito de referência definida.

- (1) **tem** uma partezinha assim pra você botar os pés (70-inq.88)
- (2) as vacas que **havia** eram quase todas subnutridas (70-inq.68)

Os resultados obtidos com base nos *corpora* do projeto NURC/RJ (Callou e Avelar, 2000) revelam que, na fala culta oral, a penetração de *ter* no campo de *haver* ainda não se completou: 69% *versus* 31%, respectivamente. O confronto das duas décadas, apresentado na figura 2, sugere uma mudança em progresso: o percentual de *ter* salta de 63% em 70 para 76% em 90.

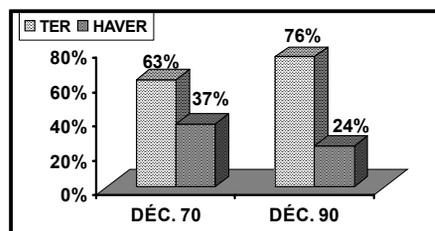


Figura 2 – Ter e haver em cada década.

Na fala culta carioca, dois fatores intralingüísticos mostraram-se relevantes e, dentre eles, a **especificidade semântica do argumento interno**. Sobre o conteúdo nocional do argumento interno, propôs-se uma classificação que previa cinco especificidades: **animado** (3) e (4), **inanimado material** (5) e (6), **espaço** – designação de locais públicos, bairros, cidades, regiões (7) e (8), **abstrato** (9) e (10) e **evento** (11) e (12).

- (3) **há** mulheres que se comportam da mesma maneira que homens (70-inq.233)
- (4) aqui, no Leblon, **tem** o padre Zeca (90-inq.347)
- (5) **havia** muita banana (70-inq.140)
- (6) **tinha** biscoitos na Colombo (90-inq.002)
- (7) **havia** alguns cinemas na cidade (70-inq.259)
- (8) **tem** bairros sensacionais fora de Salvador (70-inq.255)
- (9) não **havia** uma censura tão grande, não **havia** exageros (70-inq.259)
- (10) não **tem** mais o charme que tinha (70-inq.255)
- (11) foi uma fase que **houve** concursos públicos (70-inq.164)
- (12) quando eu fiz quinze anos, **teve** uma festa maravilhosa (90-inq.02)

A figura 3 mostra a freqüência de *ter* e *haver*, respectivamente, para cada tipo de argumento interno, nas duas décadas. Os argumentos com as especificidades *animado* e *inanimado*, que apresentam em geral o traço [+MATERIAL], favorecem a ocorrência de *ter*, enquanto a de *haver* é mais freqüente entre os tipos *abstrato* e *evento*, marcados pelo traço [-MATERIAL].

Partindo do pressuposto de que ao traço abstrato corresponde, em geral, o traço [-específico] esperava-se que a ocorrência de *haver-existencial* estivesse relacionada a argumentos genéricos. A investigação revelou, no entanto, que o traço +/- [específico], exemplificado de (13) a (16), não parece desempenhar papel relevante no uso de *ter/haver-existencial*

- (13) **tem** uma série de regulamentos (70-inq.164) [- específico]
- (14) o juiz está ali fora para ver se **há** qualquer transgressão (70-inq.52) [- específico]
- (15) a reforma que **houve** foi a que eu te falei (70-inq.154) [+ específico]
- (16) agora **tem** essa Danone que é muito saborosa (70-inq.02) [+ específico]

A análise preliminar de uma amostra de 188 dados, na década de 70, tomada aleatoriamente no conjunto de dados, evidenciou uma distribuição equilibrada entre *ter* e *haver* em argumentos tanto genéricos quanto específicos, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 - Uso de *ter/existencial*.

Esses números sugerem, portanto, que o traço de especificidade do argumento interno, diferentemente do traço de materialidade, não é determinante na escolha dos dois verbos. Somente a ampliação do *corpus* e o cruzamento desses traços permitirão ao analista delinear um quadro mais nítido, se superadas as dificuldades de lidar com traços semântico-discursivo-pragmáticos, desde a definição do próprio traço a seu reconhecimento e identificação nos mais diversos contextos.

4. Referências Bibliográficas

CALLOU, D. & SILVA, G. M. O. (1996). O uso do artigo em contextos específicos. In: HORA, D. (org.) *Diversidade lingüística no Brasil*, 1997, pp. 11-27.

CALLOU, D. & AVELAR, J. O. *Ter e haver no português do Brasil*. Trabalho apresentado no Congresso Internacional dos 500 anos de Língua Portuguesa no Brasil, na Universidade de Évora, maio/2000. (no prelo)

KATO, M. (1974). *O artigo definido*. São Paulo. Ática.

LAMBRECHT, K. (1994). *Information structure and sentence form*. Cambridge University Press.

MEIER, H. (1948). Meu pai - O meu pai. *Boletim de Filologia*. Lisboa, Centro de estudos filológicos, 9 (2): 175-190.

PORTELA, K. L. (1998) *Construções com verbo-suporte na fala culta carioca*. Comunicação apresentada na XVI Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste. (no prelo)